

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.595.508 - SP (2019/0296772-7)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : BANICRED FOMENTO MERCANTIL LTDA**  
**ADVOGADOS : FÁBIO SUGUIMOTO - SP190204**  
**MARCELO FERREIRA DE PAULO - SP250483**  
**AGRAVADO : MARCO ANTONIO FORTUNA LIPI**  
**AGRAVADO : CINTHIA HELENA PERROCA LIPI**  
**AGRAVADO : NELSON CURY TAVARES**  
**AGRAVADO : MARYCLEIDE APARECIDA FERNANDES ROSA TAVARES**  
**ADVOGADOS : JOSÉ ANTÔNIO FRANZIN - SP087571**  
**ANA LAURA GRISOTTO LACERDA VENTURA - SP125664**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo (art. 1042 do CPC/15), interposto por **BANICRED FOMENTO MERCANTIL LTDA.**, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 334/336 e-STJ).

O apelo nobre, amparado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 220, e-STJ):

DANO MORAL - Protesto - Factoring - Contrato de faturização que não indica operações específicas ou valores certos, os quais deveriam ser especificados em "termos aditivos", que, por sua vez, foram apresentados apócrifos - Iliquidez e inexigibilidade manifestas - Nota promissória firmada no valor de R\$1.000.000,00 sem data de vencimento - Protestos em nome dos quatro garantidores em valores aos quais não anuíram, os quais foram retirados por decisão judicial - Abusividade evidente - Valor indenizatório fixado na quantia de R\$ 46.850,00 a cada uma das coautoras, equivalente a 50 salários mínimos ao tempo da prolação da sentença - Cifra que comporta redução, a fim de manter o caráter sancionatório e, ao mesmo tempo, inibir enriquecimento sem causa, sendo reduzida para R\$15.000,00 a cada uma das autoras - Verba honorária, em relação a dois garantidores, fixada em R\$2.500,00 em favor da ré, uma vez que já ostentavam apontamentos anteriores, e, assim, não deveriam receber indenização por danos morais, mas tiveram atendido o pleito de declaração de inexigibilidade e, em relação às autoras favorecidas, em 20% sobre o valor da condenação, o que se mostra consentâneo com o atendimento integral dos pedidos - Sentença reformada parcialmente - Recurso da ré parcialmente provido ao recurso para se reduzir a verba indenizatória para R\$15.000,00 devida às autoras favorecidas, verba a ser corrigida a partir da publicação deste acórdão, com juros a contar da citação.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 328/330, e-STJ).

Na origem, a demanda proposta versa sobre ação declaratória de negócio

jurídico cumulada com a compensação pelos danos morais sofridos. O Juízo de primeiro grau julgou procedentes os pedidos, a fim de declarar a inexigibilidade do negócio celebrado, assim como condenar a parte recorrente ao pagamento pelos danos morais causados. O Tribunal *a quo* deu provimento ao recurso tão somente para reduzir o valor arbitrado a título de danos morais.

Em suas razões de recurso especial, a recorrente, ora agravante, aponta, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos artigos 489 e 1.022, do CPC/15, 899 do CC e 32 da Lei Uniforme. Sustenta, em síntese: i) houve negativa de prestação jurisdicional, pois o Tribunal de origem não se manifestou acerca da autonomia do aval e sobre os termos contratuais; e ii) a responsabilidade dos avalistas deve ser mantida.

Sem contrarrazões (fl. 333, e-STJ).

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do apelo especial, sob argumento de inexistir negativa a prestação jurisdicional, bem como rever o entendimento da Corte local demandaria o reexame de fatos e provas.

Daí o presente agravo (fls. 339/370, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual a recorrente objetiva refutar os óbices aplicados pela Corte estadual.

Sem contraminuta (fl. 372, e-STJ).

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo **não merece** prosperar.

1. Inicialmente, verifica-se que a apontada violação dos arts. 489 e 1.022, do CPC/15 não se configura, haja vista o Tribunal estadual ter dirimido clara e integralmente a controvérsia acerca da inexigibilidade dos valores cobrados, porém em sentido contrário ao pretendido pela agravante. É, aliás, o que se observa dos seguintes excertos do acórdão recorrido (fls. 221/222, e-STJ):

"O caso dos autos assim se apresenta: **o contrato de faturização acostado a fls. 15-21 não indica operações específicas ou valores certos, os quais, estranhamente, deveriam ser especificados em "termos aditivos", conforme a cláusula 3.1, os quais, apresentados pela ré, em contestação, não apresentam assinatura (fls. 123 e seguinte).** A nota promissória, contudo, foi firmada no valor de R\$1.000.000,00, sem data de vencimento. Houve apontamentos realizados em outubro de 2012 em nome de Marco, Cintia, Nelson e Marycleide (respectivamente, fls. 26, 28, 29 e 30, todos no valor de R\$179.048,27). A tutela judicial que os excluiu datou de junho de 2013 (fls. 31). [...] Isso não bastasse, **incabível a responsabilidade dos apelados como garantidores solidários por meio de nota promissória, dado que o contrato não apresentou, repise-se, liquidez, e os aditivos, destaque-se, não foram firmados pelos o recorridos.**".

Portanto, consoante a jurisprudência desta Casa, o julgador não está compelido a analisar todos os argumentos invocados no recurso quando tenha encontrado fundamentação satisfatória para dirimir integralmente o litúgio.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. PETIÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE ANÁLISE DE QUESTÃO RELEVANTE PARA O JULGAMENTO DA LIDE. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283/STF. DECISÃO MANTIDA.

**1. Inexiste afronta aos arts. 165, 458, II, e 535, II, do CPC/1973 quando o acórdão recorrido apresenta fundamentos suficientes para embasar a decisão, enfrentando todas as questões pertinentes para a solução da lide e manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.**

(...)

(PET no AREsp 489.892/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 12/03/2018)

**2. No caso dos autos, afastar a afirmação contida no acórdão guerreado no sentido de que o contrato de faturização acostado a fls. 15-21 não indica operações específicas ou valores certos, bem como o título executivo não apresenta liquidez,** seria necessário promover o reexame do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada na via eleita, a teor do óbice da súmula 7 do STJ.

Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. CONTRATO EXECUTADO. CONFISSÃO DE DÍVIDA. NATUREZA JURÍDICA. TÍTULO EXECUTIVO HÁBIL. REQUISITOS. AUSÊNCIA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

[...]

**3. No caso concreto, o Tribunal de origem concluiu que o contrato em litígio tem natureza jurídica de confissão de dívida e não apresenta os requisitos de liquidez, certeza e exigibilidade de título executivo extrajudicial. Alterar tal conclusão demandaria nova análise do contrato e dos demais elementos fáticos dos autos, inviável em recurso especial, ante o óbice das referidas súmulas.**

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1295875/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 30/09/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARTS. 458 E 535 DO CPC. VIOLAÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. AÇÃO DE EXECUÇÃO. NOTA PROMISSÓRIA E DOCUMENTO PARTICULAR DE CONFISSÃO DE DÍVIDA. LIQUIDEZ, DEMONSTRATIVO DO DÉBITO E EXCESSO DE EXECUÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ.

1. Não ocorre ofensa aos arts. 458 e 535 do CPC se o Tribunal de origem decide, fundamentadamente, as questões essenciais ao julgamento da lide.

**2. Para modificar o que foi decidido pela Corte de origem, no tocante à comprovação da certeza, liquidez e exigibilidade do título executivo, seria necessário o revolvimento do conteúdo fático-probatório dos autos, providência incabível no recurso especial, ante o óbice previsto na Súmula 7 desta Corte.**

[...]

(AgRg no Ag 610.786/ES, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 11/06/2013, DJe 01/07/2013)

**3.** Importante consignar, ainda, que esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.

A propósito:

ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. OCORRÊNCIA DE DANO MORAL REPARÁVEL. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. Rever entendimento do Tribunal de origem que, com base nos elementos de convicção do autos, afasta a ocorrência de dano moral reparável demanda o revolvimento do arcabouço probatório dos autos, inviável em recurso especial, dado o óbice da Súmula 7 desta Corte.

**2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, porquanto falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual a Corte de origem deu solução a causa.**

(AgRg no Ag 1.160.541/RJ, Rel. Min. Humberto Martins, 2ª Turma, 25.10.2011)

**4.** Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo e, por conseguinte, majoro os honorários advocatícios em 10% sobre o valor fixado na instância de origem, nos termos do art. 85, §11º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI  
Relator